

STJ00107308

Misael Montenegro Filho



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

14^a revista,
atualizada
e ampliada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Até a 12ª edição, esta obra foi publicada com o título *Curso de Direito Processual Civil*.
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 21.01.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M783d
Montenegro Filho, Misael

Direito Processual Civil / Misael Montenegro Filho. – 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-97-01991-9

1. Direito processual – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

18-54320

CDU: 347.91/.95(81)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	LXI
1 DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	1
1.1 Considerações iniciais. Necessidade de modificação da metodologia de estudo do processo civil	1
1.2 Conceito de direito processual civil.....	3
1.3 Relação do direito processual civil com outros ramos do direito.....	5
1.4 Fontes do direito processual civil.....	7
1.5 Aplicação da lei processual civil no tempo	13
1.6 Aplicação da lei processual civil no espaço.....	15
1.7 Princípios processuais inseridos na constituição federal e no CPC. Normas fundamentais	18
1.7.1 Princípio do juiz natural	20
1.7.2 Princípio do devido processo legal.....	23
1.7.3 Princípio da isonomia	24
1.7.4 Princípio do contraditório e da ampla defesa. Impossibilidade de prolação de decisão surpresa.....	28
1.7.5 Princípio da motivação das decisões judiciais	31
1.7.6 Princípio da publicidade do processo e dos atos processuais	34
1.7.7 Princípio da razoável duração do processo	37
1.7.8 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	37
1.7.9 Princípio da boa-fé processual.....	40
1.8 Síntese conclusiva.....	41

1.9	Principais súmulas e enunciados do FPPC aplicáveis aos assuntos estudados neste capítulo.....	43
2	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	45
2.1	Conceito de jurisdição.....	45
2.1.1	Jurisdição contenciosa.....	49
2.1.2	Jurisdição voluntária	50
2.1.3	Princípio da inércia.....	51
2.1.4	Atuação <i>ex officio</i>	54
2.1.5	Autodefesa	54
2.2	Competência – conceito.....	56
2.2.1	Momento em que a competência é fixada	57
2.2.2	Competência internacional	59
2.2.3	Competência interna.....	61
2.2.3.1	Competência originária dos tribunais	62
2.2.3.2	Competência da Justiça Federal.....	63
2.2.3.3	Competência da Justiça Comum Estadual	65
2.2.3.3.1	Competência do foro de domicílio do réu e o foro de opção.....	66
2.2.3.3.2	Competência do foro do domicílio do autor da herança	69
2.2.3.3.3	Foro do domicílio do ausente.....	70
2.2.3.3.4	Foro do domicílio do representante legal ou do assistente do incapaz....	70
2.2.3.3.5	Foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União, Estado ou o Distrito Federal.....	71
2.2.3.3.6	Competência do foro de situação da coisa.....	71
2.2.3.3.7	Fixação do juízo competente	73
2.2.4	Competência absoluta e competência relativa.....	76
2.2.5	Crterios de modificação da competência	80
2.3	Síntese conclusiva.....	86
2.4	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	87
3	DA AÇÃO.....	91
3.1	Conceito de ação	91

3.2	Abstração e autonomia do direito de ação.....	92
3.3	Ação como direito público subjetivo	94
3.4	Condições da ação – conceito.....	95
3.4.1	Momento da verificação da existência das condições da ação	96
3.4.2	Legitimidade das partes	100
3.4.3	Interesse processual ou interesse de agir.....	104
3.4.3.1	Interesse processual nas ações preventivas.....	106
3.5	Elementos da ação.....	108
3.5.1	Partes	110
3.5.2	Causa de pedir.....	112
3.5.3	Pedido.....	114
3.5.3.1	Pedido certo e determinado e pedido genérico ...	116
3.5.3.2	Interpretação restritiva do pedido × pedidos implícitos.....	118
3.5.3.3	Cumulação de pedidos.....	119
3.5.3.4	Pedidos alternativos.....	122
3.6	Classificação das ações	123
3.7	Síntese conclusiva.....	127
3.8	Principais súmulas relacionadas aos assuntos estudados	128
4	DO PROCESSO E DOS PROCEDIMENTOS.....	131
4.1	Conceito de processo	131
4.2	Distinção entre processo e procedimento.....	132
4.3	Modalidades de procedimentos	133
4.4	O erro de forma do processo e as suas consequências jurídicas.....	135
4.4.1	Equívoco na atribuição de nome à ação e eventuais conse- quências processuais.....	139
4.5	Procedimento comum	140
4.5.1	Dinâmica do procedimento comum	140
4.6	Pressupostos processuais.....	142
4.6.1	Pressupostos processuais de constituição do processo	143
4.6.2	Pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo.....	146
4.7	Do julgamento conforme o estado do processo.....	147
4.7.1	Julgamento antecipado do mérito.....	148

	4.7.1.1	Julgamento antecipado na hipótese da revelia.....	148
	4.7.1.2	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	149
	4.7.2	Do saneamento do processo.....	150
4.8		Síntese conclusiva.....	151
5		PARTES E PROCURADORES. DO LITISCONSÓRCIO. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	153
5.1		Partes – conceito.....	153
5.2		Distinções entre a capacidade de ser parte, a capacidade processual e a capacidade postulatória	157
5.3		Substituição processual.....	159
5.4		Representação processual.....	161
5.5		Deveres das partes e de seus procuradores	161
	5.5.1	Dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade	163
	5.5.2	Dever de não formular pretensões ou de não apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.....	164
	5.5.3	Dever de não produzir provas e de não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito	165
	5.5.4	Dever de cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.....	166
	5.5.5	Dever de declinar, no primeiro momento em que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer modificação temporária ou definitiva	167
	5.5.6	Dever de não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso	167
5.6		Responsabilidade das partes por dano processual.....	168
5.7		Conceito de litisconsórcio.....	169
	5.7.1	Litisconsórcio facultativo.....	170
	5.7.2	Litisconsórcio multitudinário	171
	5.7.3	Litisconsórcio necessário ou obrigatório	172
	5.7.4	Prática de ato processual por litisconsorte e seu aproveitamento em relação aos demais.....	174
5.8		Intervenção de terceiros	174
	5.8.1	Assistência.....	175
	5.8.1.1	Assistência litisconsorcial	177
	5.8.1.2	Dinâmica da assistência	177

5.8.2	Denúnciação da lide	178
5.8.2.1	Dinâmica da denúnciação da lide.....	181
5.8.3	Chamamento ao processo.....	183
5.8.4	Intervenção de terceiros nas ações de rito sumaríssimo.....	184
5.9	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	184
5.10	<i>Amicus curiae</i>	187
5.11	Síntese conclusiva.....	190
5.12	Principais súmulas e enunciados aplicáveis aos assuntos estudados...	191
6	DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DA ADVOCACIA PÚBLICA E DA DEFEN- SORIA PÚBLICA	195
6.1	Ministério Público – considerações gerais.....	195
6.1.1	Estrutura funcional do Ministério Público	197
6.1.2	Princípios que orientam a atuação do Ministério Público	199
6.1.3	Ministério Público como parte	200
6.1.4	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	202
6.1.4.1	Intervenção nos processos que envolvam interesse público ou social	203
6.1.4.2	Intervenção nos processos que envolvem interesse de incapazes	203
6.1.4.3	Intervenção nos processos que envolvem litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.....	205
6.1.4.4	Intervenção nas ações de família	207
6.1.5	Prerrogativas processuais conferidas ao Ministério Público....	207
6.1.5.1	Dispensa de antecipar as despesas processuais (§ 1º do art. 82 do CPC)	208
6.1.5.2	Atribuição de legitimidade para a arguição de conflito de competência (art. 951 do CPC).....	208
6.1.5.3	Contagem em dobro dos prazos (art. 180 do CPC)	208
6.1.5.4	Formulação de representação (art. 235 do CPC). 208	
6.1.5.5	Intimação pessoal (art. 180 do CPC)	209
6.1.5.6	Exigência de aperfeiçoamento da intimação (art. 279 do CPC).....	209
6.1.5.7	Atribuição de legitimidade para a propositura de ação rescisória e para intervir nessa ação, quando não for parte (inciso III do art. 967 e seu parágrafo único).....	210

6.1.5.8	Interposição de recursos (art. 996 do CPC).....	210
6.1.5.9	Requerer a instauração da execução (inciso I do § 1 ^a do art. 778 do CPC)	210
6.1.5.10	Legitimidade para requerer a instauração do processo de inventário (inciso VII do art. 616 do CPC)	211
6.1.5.11	Legitimidade para requerer a instauração da fase de cumprimento da sentença, baseada em sentença proferida em ação civil pública, quando a associação permanecer inerte (art. 15 da Lei no 7.347/85)	211
6.1.5.12	Legitimidade para requerer a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas..	212
6.1.6	Instauração do inquérito civil como medida preparatória do ajuizamento da ação civil pública – considerações gerais	212
6.1.6.1	Natureza jurídica do inquérito civil e suas finalidades.....	214
6.2	Advocacia Pública	215
6.2.1	Estrutura organizacional da Advocacia Pública	215
6.2.2	Prerrogativas processuais conferidas à Advocacia Pública ...	216
6.2.3	Responsabilidade civil do membro da Advocacia Pública....	216
6.3	Defensoria Pública	216
6.3.1	Prerrogativas processuais conferidas à Defensoria Pública ..	217
6.3.2	Responsabilidade civil do membro da Defensoria Pública...	218
6.4	Síntese conclusiva.....	218
6.5	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados	219
7	ATOS PROCESSUAIS	221
7.1	Atos processuais – conceito	221
7.2	Forma dos atos processuais.....	223
7.3	Atos do juiz	225
7.3.1	Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.....	226
7.3.1.1	Poderes atribuídos ao magistrado	226
7.3.1.2	Deveres do magistrado.....	227
7.3.1.3	Responsabilidades do magistrado	229
7.4	Atos das partes.....	231
7.5	Atos dos auxiliares da justiça	231

7.5.1	Escrivão ou chefe de secretaria	232
7.5.2	Perito.....	232
7.5.3	Avaliador	233
7.5.4	Oficial de justiça.....	233
7.5.5	Depositário e administrador	234
7.5.6	Intérprete e tradutor	234
7.5.7	Mediador e conciliador judicial	234
7.5.8	Partidor	236
7.5.9	Distribuidor	236
7.5.10	Regulador de avarias.....	236
7.6	Do tempo e lugar dos atos processuais.....	236
7.7	Dos prazos processuais.....	238
7.7.1	Prazos próprios e prazos impróprios	239
7.7.2	Prazos peremptórios e prazos dilatatórios.....	241
7.7.3	Informações veiculadas nos sites dos tribunais	242
7.8	Da comunicação dos atos.....	243
7.8.1	Das cartas.....	243
7.8.2	Da citação.....	245
7.8.2.1	Teoria da aparência.....	246
7.8.2.2	Modalidades de citação.....	247
7.8.2.3	Efeitos da citação.....	249
7.8.2.4	Revelia e seus efeitos.....	250
7.8.3	Intimações.....	253
7.9	Síntese conclusiva.....	255
7.10	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	256
8	TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA	259
8.1	Considerações gerais.....	259
8.2	Possibilidade de concessão da tutela provisória de urgência inaudita altera parte. Designação da audiência de justificação	262
8.3	Objetos de proteção	262
8.4	Possibilidade de concessão da tutela provisória cautelar ou antecipada em caráter antecedente ou incidental	263
8.5	Provisoriedade da tutela	263
8.6	Utilização das medidas de apoio para estimular o cumprimento da decisão que concede a tutela provisória	264

8.6.1	Exigibilidade da multa	265
8.7	Observância das regras relacionadas ao cumprimento provisório da sentença	266
8.8	Necessidade de fundamentação do pronunciamento que concede, nega, modifica ou revoga a tutela provisória.....	266
8.9	Competência.....	267
8.9.1	Tutela provisória requerida na pendência de recurso extraordinário ou de recurso especial.....	267
8.10	Requisitos exigidos para a concessão da tutela provisória de urgência	268
8.11	Exigência de caução	268
8.12	Perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.....	269
8.13	Modalidades de tutela provisória de natureza cautelar	270
8.14	Responsabilidade da parte por dano processual	270
8.15	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	271
8.16	Tutela antecipada estável	274
8.17	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente....	275
8.17.1	Citação do réu	276
8.17.2	Não apresentação da contestação e presunção de aceitação dos fatos como ocorridos.....	276
8.17.3	Efetivação da tutela cautelar e formulação do pedido principal	276
8.17.4	Cessação da eficácia da tutela concedida em caráter antecedente	278
8.17.4.1	Cessação da eficácia quando o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal	278
8.17.4.2	Cessação da eficácia quando a tutela concedida em caráter antecedente não for efetivada dentro de 30 dias.....	278
8.17.4.3	Cessação da eficácia quando o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito.	278
8.18	Efeitos decorrentes do indeferimento da tutela cautelar.....	279
8.19	Tutela da evidência.....	279
8.20	Síntese conclusiva.....	281
8.21	Prazos relacionados às tutelas provisórias	281

9	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	283
9.1	Formação do processo.....	283
9.1.1	Estabilização do processo.....	285
9.2	Suspensão do processo.....	285
9.2.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, do seu representante legal ou do seu procurador.....	286
9.2.2	Suspensão do processo por convenção das partes.....	287
9.2.3	Suspensão decorrente da arguição do impedimento ou da suspeição do juiz.....	288
9.2.4	Suspensão decorrente do recebimento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	289
9.2.5	Prejudicialidade de outra causa.....	289
9.2.6	Aguardo da comprovação de fato ou da produção de prova delegada a outro juízo.....	290
9.2.7	Motivo de força maior.....	290
9.2.8	Outras causas de suspensão.....	291
9.2.9	Prática de atos durante a suspensão.....	292
9.3	Extinção do processo.....	292
9.3.1	Hipóteses de extinção do processo sem a resolução do mérito.....	293
9.3.1.1	Indeferimento da petição inicial.....	294
9.3.1.2	Extinção quando o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	295
9.3.1.3	Extinção quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.....	296
9.3.1.4	Extinção quando o juiz verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	297
9.3.1.5	Extinção quando o magistrado reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada.....	297
9.3.1.6	Extinção decorrente do reconhecimento da ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	298
9.3.1.7	Extinção quando o magistrado acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer a sua competência.....	298

9.3.1.8	Extinção decorrente da homologação da desistência da ação.....	299
9.3.1.9	Extinção quando, em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.....	300
9.3.1.10	Extinção em outros casos previstos na lei processual.....	301
9.3.2	Hipóteses de extinção do processo com a resolução do mérito	301
9.3.2.1	Resolução quando o juiz acolher o pedido formulado pelo autor na ação ou na reconvenção	303
9.3.2.2	Resolução quando o juiz decide, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência da decadência ou da prescrição	303
9.3.2.3	Resolução quando o magistrado homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção	304
9.3.2.4	Resolução quando o magistrado homologar a transação	305
9.3.2.5	Resolução quando o magistrado homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção	306
9.4	Síntese conclusiva.....	307
10	PETIÇÃO INICIAL.....	309
10.1	Petição inicial – considerações gerais.....	309
10.2	Forma da petição inicial.....	311
10.3	Requisitos da petição inicial	312
10.3.1	O juízo a que é dirigida.....	313
10.3.2	Nomes e qualificação das partes	314
10.3.3	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	317
10.3.4	O pedido com as suas especificações	318
10.3.5	O valor da causa.....	318
10.3.6	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	322
10.4	Emenda da petição inicial.....	323
10.5	Indeferimento da petição inicial	326
10.6	Improcedência liminar do pedido	328

10.7	Síntese conclusiva.....	332
10.8	Principais súmulas e enunciados relacionados aos assuntos estudados.....	332
11	DEFESA DO RÉU	335
11.1	Defesa do réu – considerações gerais	335
11.2	Defesas diretas e defesas indiretas.....	337
11.3	Prazo para o oferecimento da defesa	339
11.4	Forma da defesa.....	342
11.5	Modalidades de defesa.....	343
11.5.1	Contestação. Finalidades. Liberdade na sua redação.....	344
11.5.1.1	Princípio da eventualidade	346
11.5.1.2	Ônus da impugnação especificada	347
11.5.1.3	Defesa indireta do réu	348
11.5.1.3.1	Inexistência ou nulidade da citação	349
11.5.1.3.2	Incompetência relativa e incompetência absoluta	350
11.5.1.3.3	Incorreção do valor da causa	351
11.5.1.3.4	Inépcia da petição inicial.....	351
11.5.1.3.5	Perempção	352
11.5.1.3.6	Litispendência.....	352
11.5.1.3.7	Coisa julgada.....	353
11.5.1.3.8	Conexão.....	354
11.5.1.3.9	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	355
11.5.1.3.10	Convenção de arbitragem	356
11.5.1.3.11	Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	357
11.5.1.3.12	Falta de caução ou de outra prestação exigida pela lei	359
11.5.1.3.13	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça	360
11.5.2	Exceções processuais	360
11.5.2.1	Exceções de impedimento e de suspeição	361
11.5.2.1.1	Dinâmica das exceções de impedimento e de suspeição.....	364

11.5.3	Reconvenção.....	365
11.5.3.1	Prazo para a oposição da reconvenção	367
11.5.3.2	O novo CPC e a transformação de todas as ações em dúplices	367
11.5.3.3	Pressupostos da reconvenção	368
11.5.3.4	Dinâmica da reconvenção.....	369
11.5.3.5	Expansão da reconvenção – nova realidade processual.....	370
11.6	Síntese conclusiva.....	371
11.7	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	372
12	DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO DO PROCESSO.....	373
12.1	Considerações gerais.....	373
12.2	Julgamento antecipado do mérito	374
12.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	375
12.4	Saneamento do processo	376
12.4.1	Resolução das questões processuais pendentes	378
12.4.2	Delimitação das questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória e especificação dos meios de prova admitidos	379
12.4.3	Definição da distribuição do ônus da prova	381
12.4.4	Delimitação das questões de direito relevantes para a decisão de mérito	382
12.5	Síntese conclusiva.....	382
13	DAS AUDIÊNCIAS.....	383
13.1	Considerações gerais.....	383
13.2	Audiência de conciliação ou sessão de mediação	386
13.3	Considerações gerais sobre a audiência de instrução e julgamento	389
13.3.1	Adiamento da audiência de instrução e julgamento	390
13.3.2	Dinâmica da audiência de instrução e julgamento	391
13.3.3	Atos preparatórios da audiência de instrução e julgamento .	395
13.4	Audiências designadas nas ações que têm curso pelo procedimento sumaríssimo	397
13.5	Síntese conclusiva.....	400
13.6	Principais súmulas relacionadas aos assuntos estudados	401

14	DAS PROVAS.....	403
14.1	Disposições gerais – conceito de prova	403
14.2	Objeto da prova	405
14.3	Fatos que não dependem de prova.....	406
14.4	Momento da prova	407
14.5	Provas típicas (ou nominadas) e provas atípicas (ou inominadas).....	410
14.6	Classificação das provas	414
14.7	Princípios que orientam a produção da prova	415
14.7.1	Princípio do contraditório e da ampla defesa e a produção de provas	416
14.7.2	Princípio da oralidade.....	418
14.7.3	Princípio da bilateralidade da audiência.....	419
14.8	Sistema de avaliação da prova.....	420
14.9	Responsabilidade pela produção da prova.....	421
14.9.1	Ônus da prova	422
14.9.2	Recusa à submissão ao exame pericial e as suas consequências jurídicas.....	427
14.9.3	Inversão do ônus da prova e atribuição do ônus da prova de modo diverso.....	428
14.10	Participação do juiz na produção das provas	429
14.11	Prova emprestada.....	431
14.12	Modalidades de prova.....	433
14.12.1	Prova testemunhal – conceito	435
14.12.1.1	Restrição da produção da prova testemunhal.....	436
14.12.1.2	Apresentação do rol de testemunhas.....	437
14.12.1.3	Incapacidade, impedimento e suspeição das testemunhas.....	439
14.12.1.4	Contradita das testemunhas.....	442
14.12.1.5	Intimação da testemunha e produção da prova testemunhal	443
14.12.2	Prova documental – conceito.....	444
14.12.2.1	Classificação dos documentos e sua força probatória.....	446
14.12.2.2	Momento da produção da prova documental.....	448
14.12.2.3	Da arguição da falsidade.....	450
14.12.2.3.1	Natureza jurídica da decisão que enfrenta a alegação de falsidade	451

14.12.3	Da exibição de documento ou coisa – conceito.....	452
14.12.3.1	Dinâmica do pedido de exibição de documento ou de coisa.....	452
14.12.4	Da requisição de documentos pelo magistrado.....	456
14.12.5	Do depoimento pessoal – conceito.....	457
14.12.5.1	Momento em que o depoimento pessoal é prestado.....	459
14.12.5.2	Destinatário do depoimento pessoal.....	460
14.12.6	Da prova pericial – conceito.....	460
14.12.6.1	Nomeação do perito e a indicação dos assistentes ...	463
14.12.6.2	Perícia nas ações que têm curso pelo rito sumá- ríssimo	464
14.12.6.3	Momento da produção da prova pericial e sua dinâmica.....	465
14.12.6.4	Honorários periciais	466
14.12.7	Inspeção judicial – conceito	467
14.12.7.1	Dinâmica da inspeção judicial	468
14.12.8	Ata notarial	468
14.13	Síntese conclusiva.....	469
14.14	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	472
15	DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA	473
15.1	Pronunciamentos judiciais.....	473
15.2	Sentença.....	475
15.3	Princípio da congruência como norte para a atuação do magistrado	476
15.4	Sentença líquida.....	478
15.5	Elementos da sentença.....	479
15.6	Arbitramento de multa diária para incentivar o adimplemento das obrigações de fazer ou de não fazer e da obrigação de dar	482
15.7	Término da função jurisdicional.....	485
15.8	Coisa julgada.....	487
15.8.1	Coisa julgada material e coisa julgada formal.....	490
15.9	Coisa julgada nas ações coletivas	493
15.10	Relativização da coisa julgada.....	494
15.11	Ação anulatória de decisão homologatória.....	497
15.12	Síntese conclusiva.....	498
15.13	Principais Súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	499

16	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	501
16.1	Considerações iniciais	501
16.2	Ação de consignação em pagamento.....	502
16.2.1	Situações legais em que a ação de consignação em pagamento pode ser proposta.....	503
16.2.2	Legitimidade ativa.....	503
16.2.3	Legitimidade passiva	504
16.2.4	Consignação extrajudicial.....	504
	16.2.4.1 Procedimento e dinâmica da consignação extra- judicial	504
16.2.5	Competência.....	505
	16.2.5.1 Conexão entre a ação de consignação em pagamento e outra ação judicial.....	506
16.2.6	Condição para que o depósito tenha força liberatória.....	506
16.2.7	Depósito de prestações sucessivas. Pedido implícito	506
16.2.8	Dinâmica da ação de consignação em pagamento.....	507
16.2.9	Depósito de coisa indeterminada	508
16.2.10	Contestação apresentada na ação de consignação em pagamento.....	509
16.2.11	Efeitos produzidos pela sentença que julga a ação de consignação em pagamento.....	510
16.2.12	Dúvida sobre quem deva receber	511
16.3	Ação de exigir contas	512
16.3.1	Apresentação das contas pelo réu	513
16.3.2	Constituição de título executivo	514
16.3.3	Prestação de contas pelo inventariante, tutor, curador, depositário e por qualquer outro administrador.....	514
16.4	Ações possessórias	514
16.4.1	Competência.....	516
16.4.2	Fungibilidade entre as ações possessórias	516
16.4.3	Consequências processuais advindas do ajuizamento da ação possessória contra vários réus.....	516
16.4.4	Cumulação de pedidos nas ações possessórias	517
16.4.5	Natureza dúplice das ações possessórias.....	518
16.4.6	Impossibilidade de as partes discutirem domínio na pendência das ações possessórias	518
16.4.7	Rito das ações possessórias.....	519

16.4.8	Requisitos exigidos para o ajuizamento das ações possessórias.....	519
14.4.9	Concessão da liminar ou designação da audiência de justificação	520
16.4.10	Citação do réu e apresentação da defesa.....	521
16.4.11	Litígio coletivo pela posse de imóvel.....	522
16.5	Ações de divisão e de demarcação de terras particulares	523
16.5.1	Legitimidade ativa na ação demarcatória.....	523
16.5.2	Legitimidade passiva na ação demarcatória.....	524
16.5.3	Competência na ação demarcatória	524
16.5.4	Demarcatória de terras devolutas	524
16.5.5	Finalidade e objeto da ação divisória	524
16.5.6	Competência na ação divisória	524
16.5.7	Legitimidade ativa na ação divisória	525
16.5.8	Legitimidade passiva na ação divisória.....	525
16.5.9	Cumulação de ações	525
16.5.10	Encerramento da ação demarcatória e consequência em relação aos confinantes.....	525
16.6	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	526
16.6.1	Competência.....	527
16.6.2	Valor da causa.....	527
16.6.3	Natureza jurídica da ação	528
16.6.4	Legitimidade ativa.....	528
16.6.5	Citação dos sócios e da sociedade	528
16.7	Inventário e partilha.....	529
16.7.1	Inventário extrajudicial.....	529
16.7.2	Situações em que o inventário judicial não é instaurado	530
16.7.3	Competência.....	531
16.7.4	Prazos de instauração e de conclusão do processo de inventário	531
16.7.5	Administrador provisório.....	531
16.7.6	Legitimidade para requerer o inventário	532
16.7.6.1	Legitimidade concorrente.....	532
16.7.7	Nomeação do inventariante.....	533
16.7.8	Incumbências do inventariante.....	534
16.7.9	Primeiras declarações de bens e de direitos	535

16.7.10	Remoção do inventariante.....	537
16.7.11	Citações e impugnações.....	538
16.7.12	Preterição de interessado.....	539
16.7.13	Avaliação e cálculo do imposto.....	540
16.7.14	Últimas declarações e cálculo do imposto de transmissão <i>causa mortis</i>	540
16.7.15	Colações.....	541
16.7.16	Pagamento das dívidas.....	541
16.7.17	Partilha.....	543
	16.7.17.1 Pagamento do imposto e julgamento da partilha	543
	16.7.17.2 Anulação da partilha amigável.....	544
16.7.18	Sobrepartilha.....	545
16.8	Embargos de terceiro.....	545
16.8.1	Prazo para a oposição dos embargos de terceiro.....	547
16.8.2	Competência.....	548
16.8.3	Requisitos específicos da petição inicial da ação de embargos de terceiro e dinâmica processual.....	548
16.9	Oposição.....	550
16.9.1	Dinâmica da oposição.....	550
16.9.2	Julgamento da oposição e da ação originária por sentença única.....	551
16.10	Habilitação.....	551
16.10.1	Legitimidade ativa e passiva.....	552
16.10.2	Dinâmica da oposição.....	552
16.11	Ações de família.....	553
16.11.1	Adoção do rito comum após o aperfeiçoamento da citação.	555
16.11.2	Processo que envolva discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental.....	555
16.12	Ação monitória.....	556
16.12.1	Ajuizamento da ação monitória fundada em título executivo.....	558
16.12.2	Ajuizamento da ação monitória contra a Fazenda Pública...	559
16.12.3	Expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer.....	559
16.12.4	Parcelamento da dívida.....	560
16.12.5	Oposição dos embargos monitórios.....	561

16.12.5.1	Oposição dos embargos monitórios fundados na alegação de excesso na cobrança.....	562
16.12.5.2	Consequências advindas da rejeição dos embargos monitórios.....	562
16.13	Homologação do penhor legal	562
16.13.1	Limitação da defesa	563
16.14	Regulação de avaria grossa.....	564
16.15	Restauração de autos.....	567
16.15.1	Competência.....	567
16.15.2	Procedimento	568
16.15.3	Perda dos autos após a produção de provas	569
16.15.4	Julgamento da ação.....	570
16.16	Síntese conclusiva.....	570
17	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	573
17.1	Considerações gerais.....	573
17.2	Legitimidade ativa	574
17.3	Modalidades de liquidação	574
17.3.1	Liquidação por arbitramento	574
17.3.2	Liquidação pelo procedimento comum.....	575
17.4	Respeito à coisa julgada.....	576
17.5	Resultado zero da liquidação.....	577
17.6	Julgamento da liquidação.....	577
17.7	Instauração da liquidação na pendência de recurso.....	578
17.8	Síntese conclusiva.....	578
18	EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL E FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	579
18.1	Diferenças entre a jurisdição executiva e a jurisdição de conhecimento	579
18.2	Conceito de execução	582
18.3	Princípios que orientam a execução	583
18.3.1	Princípio da menor onerosidade para o devedor	583
18.3.2	Princípio do contraditório e da ampla defesa aplicável à execução	585
18.4	Cumprimento de Sentença.....	587
18.4.1	Competência no cumprimento de sentença.....	587

18.4.2	Legitimidade no cumprimento de sentença.....	590
18.4.3	Títulos executivos judiciais.....	590
18.4.3.1	Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	591
18.4.3.2	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	595
18.4.3.3	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	596
18.4.3.4	Formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.....	596
18.4.3.5	Crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.....	598
18.4.3.6	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	598
18.4.3.7	Sentença arbitral.....	602
18.4.3.8	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (inciso VIII do art. 515 do CPC).....	604
18.4.4	Aplicação das regras do processo de execução no cumprimento de sentença.....	605
18.5	Condições da ação de execução fundada em título extrajudicial.....	605
18.5.1	Ausência do interesse processual, decorrente do ajuizamento da ação de execução em vez da ação de conhecimento.....	605
18.5.1.1	Possibilidade do ajuizamento da ação de conhecimento em vez da ação de execução.....	606
18.5.1.2	Perda superveniente do interesse de agir na execução.....	606
18.6	Competência na ação de execução fundada em título extrajudicial ...	607
18.7	Legitimidade.....	608
18.7.1	Legitimidade ativa para a execução.....	609
18.7.1.1	Legitimidade ativa do credor, a quem a lei confere título executivo (art. 778 do CPC).....	609
18.7.1.2	Legitimidade ativa do Ministério Público (inciso I do § 1º do art. 778).....	609
18.7.1.3	Legitimidade do espólio, dos herdeiros ou dos sucessores do credor, sempre que, por morte deste,	

	lhes for transmitido o direito resultante do título executivo (inciso II do § 1º do art. 778 do CPC) .	612
18.7.1.4	Legitimidade do cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos (inciso III do § 1º do art. 778 do CPC).....	614
18.7.1.5	Legitimidade do sub-rogado, nos casos de sub-rogação legal ou convencional (inciso IV do § 1º do art. 778 do CPC).....	616
18.7.2	Legitimidade passiva para a execução.....	616
18.7.2.1	Legitimidade passiva do devedor (inciso I do art. 779 do CPC).....	617
18.7.2.2	Legitimidade passiva do espólio, dos herdeiros ou dos sucessores do devedor (inciso II do art. 779 do CPC)	617
18.7.2.3	Legitimidade passiva do novo devedor que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo (inciso III do art. 779 do CPC).....	618
18.7.2.4	Legitimidade passiva do fiador do débito constante em título extrajudicial	620
18.7.2.5	Legitimidade passiva do responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito (inciso V do art. 779 do CPC)	620
18.7.2.6	Legitimidade passiva do responsável tributário, assim definido em lei (inciso VI do art. 779 do CPC)	621
18.8	Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução	624
18.9	Título executivo.....	627
18.9.1	Exigência de que a obrigação disposta no título seja certa, líquida e exigível.....	629
18.9.2	Títulos executivos extrajudiciais.....	632
18.9.2.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e o cheque.....	633
18.9.2.1.1	Letra de câmbio	634
18.9.2.1.2	Nota promissória.....	635
18.9.2.1.3	Duplicata	636
18.9.2.1.4	Debênture.....	638
18.9.2.1.5	Cheque.....	638

18.9.2.2	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	640
18.9.2.3	Documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas.....	642
18.9.2.4	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal.....	642
18.9.2.5	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	643
18.9.2.6	Contrato de seguro em caso de morte	644
18.9.2.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio	647
18.9.2.8	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	648
18.9.2.9	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	649
18.9.2.10	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas.....	649
18.9.2.11	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	649
18.9.2.12	Demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva	649
18.10	Propositura da ação de desconstituição do título e sua prejudicialidade em relação à execução.....	650
18.11	Responsabilidade patrimonial.....	651
18.11.1	Responsabilidade patrimonial e impenhorabilidade de bens	653
18.11.2	Responsabilidade secundária	655
18.11.3	Fraude contra credores e fraude à execução – considerações gerais.....	659

18.11.3.1	Fraude contra credores.....	660
18.11.3.2	Fraude à execução.....	662
18.11.3.3	Atos atentatórios à dignidade da Justiça.....	665
18.12	Das várias espécies de execução. Interrupção da prescrição na ação de execução.....	667
18.12.1	Execução para entrega de coisa certa fundada em título extrajudicial.....	668
18.12.1.1	Dinâmica da execução para entrega de coisa certa fundada em título extrajudicial.....	669
18.12.1.2	Execução para entrega de coisa incerta fundada em título extrajudicial.....	671
18.12.1.3	Execução das obrigações de fazer e de não fazer fundadas em título extrajudicial.....	673
18.12.1.3.1	Dinâmica da execução da obrigação de fazer fundada em título extrajudicial.....	674
18.12.1.4	Dinâmica da ação de execução da obrigação de não fazer fundada em título extrajudicial.....	677
18.12.2	Execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título extrajudicial.....	678
18.12.2.1	Citação do devedor.....	679
18.12.3	Arresto.....	682
18.12.4	Pagamento do principal com os acréscimos legais e suas consequências jurídicas.....	683
18.12.5	Nomeação de bens à penhora.....	684
18.12.6	Não localização de bens do devedor passíveis de penhora e consequências processuais. Aperfeiçoamento da penhora <i>on-line</i>	685
18.12.7	Obtenção de certidão comprobatória da admissão da ação de execução pelo magistrado.....	687
18.12.8	Penhora.....	689
18.12.8.1	Efeitos da penhora.....	689
18.12.8.2	Penhora efetivada por carta.....	691
18.12.8.3	Penhora de bens imóveis.....	691
18.12.8.4	Dinâmica da penhora.....	692
18.12.8.5	Pronunciamento judicial que resolve questões relacionadas à penhora e recurso adequado ao seu combate.....	693

18.12.8.6	Desfazimento da penhora incidente em bens de terceiro não responsável.....	693
18.12.8.7	Aperfeiçoamento de uma segunda penhora.....	694
18.12.8.8	Penhoras especiais	695
18.12.9	Oposição dos embargos e eventual suspensão da ação de execução.....	697
18.12.10	Avaliação.....	698
18.12.10.1	Dispensa da avaliação	699
18.12.10.2	Dinâmica da avaliação	699
18.12.11	Formas de satisfação do credor.....	700
18.12.12	Pagamento ao credor em dinheiro como resultado da arrematação	701
18.12.12.1	Atos preparatórios do leilão judicial	703
18.12.12.2	Tentativas de venda do(s) bem(ns) penhorado(s). Identificação das pessoas que não podem oferecer lance. Proibição de venda do(s) bem(ns) por preço vil e consequências resultantes do descumprimento dessa regra	706
18.12.12.3	Dinâmica da arrematação.....	707
18.12.12.4	Conclusão da arrematação	709
18.12.12.5	Frustração do leilão judicial e consequências processuais.....	711
18.12.13	Satisfação do credor por meio da adjudicação	712
18.13	Remição da execução, remição de bens e remissão da dívida.....	714
18.14	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial	715
18.15	Execução contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial..	717
18.16	Execução fiscal.....	718
18.17	Execução por quantia certa contra devedor insolvente	725
18.17.1	Declaração de insolvência.....	728
18.17.1.1	Efeitos decorrentes da declaração de insolvência	729
18.17.2	Legitimidade para requerer a declaração de insolvência.....	730
18.17.3	Atribuições do administrador	732
18.17.4	Verificação e classificação dos créditos.....	733
18.17.5	Saldo devedor	735
18.17.6	Extinção da obrigação	736
18.18	Suspensão da execução.....	736

18.18.1	Suspensão da execução em decorrência do recebimento dos embargos à execução no efeito suspensivo.....	737
18.18.2	Suspensão da execução quando o devedor não possuir bens penhoráveis.....	738
18.18.3	Suspensão quando a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 15 (quinze) dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis.....	739
18.18.4	Suspensão em decorrência da concessão do parcelamento de que trata o art. 916 da lei processual	739
18.19	Extinção da execução.....	739
18.20	Fase de cumprimento da sentença	741
18.20.1	Necessidade de apresentação de requerimento pelo credor..	742
18.20.2	Aperfeiçoamento da intimação do devedor	742
18.20.3	Impossibilidade de instauração da fase de cumprimento da sentença contra o fiador, o coobrigado ou o corresponsável que não participou da fase de conhecimento.....	742
18.20.4	Relação jurídica sujeita a condição ou a termo.....	743
18.20.5	Títulos executivos judiciais.....	743
18.20.5.1	Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	743
18.20.5.2	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	743
18.20.5.3	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza	744
18.20.5.4	Formal e certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.....	744
18.20.5.5	Crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.....	745
18.20.5.6	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	745
18.20.5.7	Sentença arbitral.....	745
18.20.5.8	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	746
18.20.6	Competência.....	746

18.20.7	Protesto da decisão judicial transitada em julgado	747
18.20.8	Execução provisória da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	748
18.20.9	Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	750
18.20.9.1	Pagamento parcial.....	751
18.20.9.2	Consequências advindas do decurso do prazo de 15 (quinze) dias.....	751
18.20.10	Execução de alimentos fundada em título judicial.....	752
18.20.10.1	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos..	753
18.20.10.2	Dinâmica da execução de alimentos fundada no art. 528 do CPC.....	756
18.20.11	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	758
18.21	Síntese conclusiva.....	763
18.22	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	768
18.23	Principais prazos relacionados à execução fundada em título extrajudicial e à fase de cumprimento da sentença.....	770
19	DEFESA DO DEVEDOR NAS EXECUÇÕES FUNDADAS EM TÍTULOS JUDICIAIS E EM TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS	773
19.1	Embargos opostos na execução fundada em título extrajudicial.....	773
19.2	Impugnação oposta na execução fundada em título judicial	775
19.3	Condições e pressupostos específicos da ação de embargos à execução	776
19.4	Oposição dos embargos à execução independentemente da garantia do juízo	778
19.5	Prazo para a oposição dos embargos à execução quando a citação é aperfeiçoada por carta precatória.....	778
19.6	Prazo para a oposição dos embargos à execução e da impugnação quando a ação de execução é proposta contra mais de um executado ou quando a fase de cumprimento da sentença é instaurada contra mais de um devedor	780
19.7	Reforço de penhora e oposição de novos embargos à execução ou de nova impugnação	781
19.8	Legitimidade do responsável para opor embargos à execução	782

19.9	Consequências resultantes da perda do prazo para a oposição dos embargos à execução	783
19.10	Matérias que podem ser suscitadas na impugnação e nos embargos à execução	784
19.10.1	Matérias que podem ser alegadas pelo executado na impugnação	785
19.10.1.1	Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (inciso I do § 1º do art. 525 do CPC)	785
19.10.1.2	Ilegitimidade de parte (inciso II do § 1º do art. 525 do CPC).....	786
19.10.1.3	Inexigibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (inciso III do § 1º do art. 525 do CPC)	786
19.10.1.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea (inciso IV do § 1º do art. 525 do CPC).....	786
19.10.1.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (inciso V do § 1º do art. 525 do CPC)	787
19.10.1.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (inciso VI do § 1º do art. 525 do CPC)	788
19.10.1.7	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença (inciso VII do § 1º do art. 525 do CPC).....	788
19.10.2	Matérias que podem ser alegadas pelo executado nos embargos à execução	790
19.10.2.1	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (inciso I do art. 917 do CPC)	790
19.10.2.2	Penhora incorreta ou avaliação errônea (inciso II do art. 917 do CPC).....	790
19.10.2.3	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (inciso III do art. 917 do CPC).....	790
19.10.2.4	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa (inciso IV do art. 917 do CPC)	793
19.10.2.5	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (inciso V do art. 917 do CPC).....	793

19.10.2.6	Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento (inciso VI do art. 917 do CPC).....	793
19.11	Dinâmica da ação de embargos à execução – Da oposição ao seu julgamento.....	794
19.12	Pedido de condenação do exequente ao pagamento de indenização por perdas e danos nos embargos à execução	796
19.13	Parcelamento da dívida. Técnica exclusiva da ação de execução fundada em título extrajudicial.....	798
19.14	Reconhecimento de que os embargos à execução são protelatórios e consequências processuais	800
19.15	Exceção de pré-executividade – considerações gerais.....	801
19.15.1	Consequências resultantes do julgamento da exceção de pré-executividade.....	802
19.15.2	Dinâmica da exceção de pré-executividade	804
19.16	Síntese conclusiva.....	805
19.17	Principais súmulas relacionadas aos assuntos estudados	807
19.18	Principais prazos relacionados à impugnação e aos embargos à execução	807
20	DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS	809
20.1	Dever atribuído aos tribunais de uniformizar a sua jurisprudência e de mantê-la estável, íntegra e coerente	809
20.2	Respeito aos precedentes jurisprudenciais.....	810
20.3	Da ordem dos processos no Tribunal.....	811
20.3.1	Registro e distribuição de autos no tribunal	811
20.3.2	Critérios que orientam a distribuição	811
20.3.3	Prevenção do relator.....	812
20.3.4	Procedimento inicial	812
20.3.5	Poderes conferidos ao relator	812
20.3.6	Procedimento final	813
20.3.6.1	Ordem de julgamento na sessão	814
20.3.6.2	Sustentação oral	814
20.3.6.2.1	Sustentação oral por videoconferência.....	815
20.3.6.3	Formulação do pedido de vista durante o julgamento	815

20.3.6.4	Anúncio do resultado do julgamento e lavratura do acórdão	816
20.3.7	Julgamento não unânime.....	816
20.3.8	Registro eletrônico.....	817
20.3.9	Julgamento do agravo de instrumento antes da apelação – Prejudicialidade.....	817
20.4	Incidente de assunção de competência	817
20.5	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	819
20.5.1	Julgamento do incidente	820
20.6	Conflito de competência	821
20.6.1	Legitimidade para arguir o conflito de competência	822
20.6.2	Suspensão dos processos.....	822
20.6.3	Competência para apreciar o conflito.....	823
20.6.4	Dinâmica e julgamento do incidente	824
20.6.5	Causa impeditiva da arguição do conflito	825
20.7	Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	826
20.7.1	Requisitos indispensáveis à homologação da decisão estrangeira.....	827
20.7.2	Cumprimento da decisão estrangeira, depois de homologada pelo STJ	827
20.8	Ação rescisória.....	828
20.8.1	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória.....	829
20.8.2	Hipóteses de cabimento da ação rescisória	832
20.8.2.1	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	832
20.8.2.2	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for proferida por juiz impedido ou por júizo absolutamente incompetente.....	833
20.8.2.3	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.....	833
20.8.2.4	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, ofender a coisa julgada	835

20.8.2.5	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, violar manifestamente norma jurídica.....	835
20.8.2.6	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória	836
20.8.2.7	Quando obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	836
20.8.2.8	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.....	837
20.8.3	Competência para processar e julgar a ação rescisória.....	837
20.8.4	Dinâmica da ação rescisória.....	838
20.9	Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	839
20.9.1	Pressupostos exigidos para a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	841
20.9.2	Atuação do Ministério Público no incidente de resolução de demandas repetitivas	842
20.9.3	Competência para o julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	842
20.9.4	Afetação de recurso por tribunal superior como fator impeditivo para a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	843
20.9.5	Legitimidade para requerer a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	843
20.9.6	Competência interna para julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas	844
20.9.7	Ampla publicidade da instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	844
20.9.8	Prazo para o julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	845
20.9.9	Consequências advindas da admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	846
20.9.9.1	Possibilidade de interposição do recurso de agravo de instrumento contra a decisão pela qual o magistrado determina a suspensão de ação individual	847

20.9.10	Suspensão da prescrição das ações	848
20.9.11	Ouvida das partes, de interessados e do Ministério Público e julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	848
20.9.12	Adoção da tese jurídica firmada no julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	849
20.9.13	Recursos adequados ao combate da decisão que julga o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	851
20.10	Reclamação	852
20.10.1	Exemplo de cabimento da reclamação.....	855
20.10.2	Objeto da reclamação.....	856
20.10.3	Cabimento da reclamação contra ato administrativo	856
20.10.4	Atuação do MP na reclamação.....	856
20.10.5	Julgamento da reclamação.....	856
20.11	Síntese conclusiva.....	857
21	RECURSOS	859
21.1	Conceito de recurso	859
21.2	Objeto do Recurso.....	862
21.3	Objetivo do Recurso	862
21.4	Princípios processuais e constitucionais relacionados aos recursos....	865
21.4.1	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	866
21.4.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição no reexame necessário.....	868
21.4.2	Princípio da fungibilidade	872
21.4.3	Princípio da taxatividade	874
21.4.4	Princípio da singularidade ou da unicidade recursal.....	875
21.4.5	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> (reformular para pior, em tradução livre).....	875
21.5	Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	878
21.5.1	Importância do conhecimento do recurso para o trânsito em julgado da decisão judicial.....	882
21.6	Classificação dos requisitos.....	883
21.6.1	Tempestividade	883
21.6.1.1	Redução de prazos para a interposição de recursos	885

21.6.1.2	Ampliação de prazos para a interposição dos recursos	886
21.6.1.3	Início do prazo recursal	887
21.6.1.4	Intimação pessoal como condição para o início do prazo recursal	889
21.6.1.5	Interposição do recurso antes da publicação da decisão e consequências processuais	889
21.6.1.6	Justa causa na interposição do recurso fora do prazo legal	890
21.6.2	Preparo	892
21.6.2.1	Isenções subjetivas	893
21.6.2.2	Isenções objetivas	894
21.6.2.3	Momento do recolhimento das custas e da comprovação nos autos	895
21.6.2.3.1	Exceções ao art. 1.007 do CPC	897
21.6.2.3.2	Recolhimento a menor e complementação	898
21.6.2.4	Recolhimento da multa pela litigância de má-fé como requisito específico de admissibilidade do recurso	898
21.6.3	Regularidade formal	899
21.6.3.1	Requisitos formais da apelação	900
21.6.3.2	Requisitos formais do agravo de instrumento	901
21.6.3.3	Requisitos formais do recurso especial	902
21.6.4	Adequação	905
21.6.5	Interesse para recorrer	906
21.6.6	Legitimidade para recorrer	907
21.6.6.1	Legitimidade das partes	907
21.6.6.2	Legitimidade do Ministério Público	908
21.6.6.3	Legitimidade do terceiro prejudicado	908
21.7	<i>Tantum devolutum quantum appellatum</i> × questões processuais de ordem pública	909
21.8	Aceitação tácita ou expressa aos termos do pronunciamento judicial	911
21.9	Desistência do recurso	912
21.10	Efeitos dos recursos. Considerações gerais	912
21.10.1	Efeitos do recurso de apelação	913
21.10.2	Efeitos do recurso de embargos de declaração	916

21.10.3	Atribuição de efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento ou deferimento, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, da pretensão recursal.....	917
21.10.4	Atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial e ao recurso extraordinário.....	918
21.10.5	Regras específicas sobre os efeitos do recurso, inseridas em leis especiais.....	918
21.11	Recurso adesivo.....	920
21.12	Considerações gerais sobre a apelação.....	922
21.12.1	Objeto da apelação.....	924
21.12.2	Objetivos da apelação.....	925
21.12.3	Interposição da apelação contra a sentença que indefere a petição inicial.....	926
21.12.4	Supressão da instância nas situações previstas nos §§ 3º e 4º do art. 1.013 do CPC.....	927
21.12.5	Dinâmica do recurso de apelação. Encaminhamento ao tribunal independentemente da realização do juízo de admissibilidade.....	929
21.13	Agravo interno. Considerações gerais. Hipóteses de cabimento.....	933
21.13.1	Recurso inadmissível e recurso prejudicado.....	935
21.13.2	Diferença entre o agravo de instrumento e o agravo interno.....	935
21.13.3	Consequência decorrente da não interposição do recurso de agravo interno.....	935
21.13.4	Prazo para a interposição do recurso de agravo interno.....	936
21.14	Agravo de instrumento. Considerações gerais. Hipóteses de cabimento.....	936
21.14.1	Local de interposição do recurso de agravo de instrumento.....	941
21.14.2	Documentos exigidos para a interposição do recurso de agravo de instrumento.....	941
21.14.3	Necessidade de comunicação da interposição do recurso de agravo de instrumento ao juízo do 1º grau de jurisdição.....	942
21.14.4	Conteúdo do recurso de agravo de instrumento.....	942
21.14.5	Atribuição do efeito suspensivo ou deferimento, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, da pretensão recursal.....	943
21.14.6	Dinâmica do recurso de agravo de instrumento.....	944
21.14.7	Traslado de peças. Exigência exclusiva do agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em autos físicos.....	945

21.14.8	Impossibilidade de interposição do recurso de agravo de instrumento no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.....	946
21.15	Julgamento estendido ou expandido	948
21.16	Considerações gerais sobre o recurso de Embargos de declaração	950
21.16.1	Objeto do recurso de embargos de declaração. Novidade processual.....	952
21.16.2	Objetivo do recurso de embargos de declaração	953
21.16.3	Interrupção do prazo para a interposição do recurso principal	953
21.16.4	Aplicação de multa quando o recurso de embargos de declaração for considerado manifestamente protelatório	954
21.16.5	Julgamento do recurso de embargos de declaração no âmbito dos tribunais	956
21.16.6	Embargos de declaração interpostos para prequestionar a matéria. Admissão do prequestionamento ficto.....	957
21.16.7	Dinâmica do recurso de embargos de declaração	958
21.17	Considerações gerais sobre o Recurso ordinário	958
21.17.1	Objeto do recurso ordinário.....	961
21.17.2	Objetivo do recurso ordinário.....	961
21.17.3	Dinâmica do recurso ordinário.....	961
21.18	Considerações gerais sobre o Recurso especial e o recurso extraordinário	962
21.18.1	Principais súmulas do STF e do STJ aplicáveis aos recursos especial e extraordinário	963
21.18.1.1	Súmula 282 do STF. Necessidade de prequestionamento da matéria.....	964
21.18.1.2	Súmula 279 do STF e Súmula 7 do STJ	965
21.18.1.3	Súmula 281 do STF.....	966
21.18.1.4	Súmula 13 do STJ.....	967
21.18.2	Recurso especial. Hipóteses de cabimento	968
21.18.2.1	Cabimento do recurso especial quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência	969
21.18.2.2	Cabimento do recurso especial quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado diante de lei federal	970

21.18.2.3	Cabimento do recurso especial quando a decisão recorrida der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	971
21.18.3	Recurso extraordinário. Hipóteses de cabimento.....	972
21.18.3.1	Cabimento quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal	974
21.18.3.2	Cabimento quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal....	975
21.18.3.3	Cabimento quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado diante da Constituição Federal e quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada perante lei federal.....	976
21.18.4	Dinâmica do recurso especial e do recurso extraordinário ..	977
21.18.5	Desconsideração de vício formal.....	979
21.19	Agravo em recurso especial ou extraordinário	980
21.20	Embargos de divergência	980
21.21	Síntese conclusiva.....	983
21.22	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	986
21.23	Prazos recursais no Novo CPC.....	990
BIBLIOGRAFIA.....		993

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).